

Pregão Eletrônico

■ Visualização de Recursos, Contrarrazões e Decisões

DECISÃO DO PREGOEIRO:

Não Procede. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2019

PAD Nº 15.842/2019

MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO EM RECURSO

ASSUNTO: Análise de Recurso Interposto no Pregão Eletrônico nº 51/2019.

RECORRENTE: OSMOSE CURSOS TECNICOS LTDA

I - RELATÓRIO

A manifestação e motivação em recorrer foram registradas tempestivamente pela recorrente na própria sessão pública do Pregão supra e registradas no Sistema Comprasnet, em conformidade com o artigo nº44, do Decreto nº 10.024/2019, sendo-lhe concedido o prazo de três dias úteis para apresentação da fundamentação das suas alegações, e igual prazo concedido aos demais licitantes para a apresentação das contrarrazões, a partir do término do prazo da recorrente, caso entendessem necessário.

A recorrente OSMOSE CURSOS TECNICOS LTDA inseriu suas razões de recurso no Sistema Comprasnet dentro do prazo estabelecido, portanto, merecendo ter seu mérito analisado, uma vez que respeitou os prazos estabelecidos nas normas sobre o assunto, alegando que não merecia prosperar o resultado deste certame, cuja decisão do Pregoeiro Oficial Lúcio Roberto de Oliveira classificou e declarou vencedora a empresa MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA.

Alega a recorrente que a empresa vencedora praticou jogo de planilha, resultando, com isso, na existência de presunção de inexecuibilidade da proposta ofertada pela empresa declarada vencedora do certame, afirmando que o objetivo do recurso é justamente para buscar comprovar a impossibilidade jurídica de aceitação e habilitação da empresa MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA CNPJ: 26.589.136/0001-72, pelos motivos que se seguem.

II – ANÁLISE DO RECURSO

DO RECURSO:

Em sede de recurso, suscitou a irrisignante, com referência ao mérito da questão, aqui transcrito ad litteram:

"DOS FATOS:

À Autoridade competente, Senhor pregoeiro e equipe de apoio ao pregão.

"Cabe observar, inicialmente, a constatação da presunção de inexecuibilidade, nos termos do art. 48, II da Lei 8.666/1993 que remete:

Art. 48. Serão desclassificadas:

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não VENHAM A TER DEMONSTRADA SUA VIABILIDADE ATRAVÉS DE DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVE QUE OS CUSTOS DOS INSUMOS são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

Nessa toada, prossegue a recorrente: "Dessa forma a avaliação da planilha de formação de preços é a única forma de averiguar a exequibilidade e não se limite em uma simples análise da composição de preços é imprescindível que se avalie com critérios objetivos a conformidade e veracidade das informações apresentadas, observe que a legislação faz menção a comprovação de custos de insumos, ou seja, todos os elementos necessários para cumprimento do objeto".

"Pois bem, a finalidade da planilha de composição de custo é a comprovação de capacidade de arcar com todos os encargos decorrentes da contratação. Logo, não há possibilidade de validar planilhas que se limitem a afirmações genéricas ou insuficientes para com provar a execução total das obrigações contratuais".

Noutro tanto, complementa a licitante recorrente: "Por força da legislação apenas a abertura da planilha de custos, completa e fidedigna, é meio adequado de se comprovar a exequibilidade de preços que se amoldem a possibilidade de inexecuibilidade, observe que a proposta representa apenas 17,96% do valor estimado por esta Administração. Obviamente o desconto é surpreendente e estranho as práticas comerciais.

Entendemos que a escusa da livre iniciativa poderia inibir o reconhecimento automático da inexecuibilidade da proposta, por isso tomamos a iniciativa de provocar essa

Administração a examinar a real capacidade da empresa de cumprir com as obrigações pactuados no termo de referência.”

Em complemento às razões de sua irresignação, asseverou o recorrente:

“Importante, destacar que é dever da Administração agir de forma razoável e voltada para garantir a efetividade dos gastos públicos. Logo, permitir que uma empresa pratique valores inexecutáveis é um atentado a gestão pública e expõe o interesse público a frustração por serviços planejados e não executados ou executados de forma inadequada.

“Não bastante, caso a empresa tenha algum conhecimento privilegiado ou específico quanto ao objeto da licitação, que o permita praticar valores tão insignificante em relação ao estimado, figura-se uma afronta a isonomia que por si remetem a obrigação de anular a presente licitação como prevê o §1º do art. 3º da Lei nº 8.666/1993”.

“Cabe ainda destacar a impossibilidade de efetivação da contratação ou no mínimo a turbação do processo de execução do contrato devido a articulação de planilha de preços. Os preços irrisórios que foram apresentados para os itens 1, 2 e 3 não são suficientes para a execução do serviço e a conservação de um valor com maior margem no item 4, por óbvio a possibilidade de efetivação do serviço está atrelada a execução do item 4.”

Dos pedidos

Demonstrado o prejuízo a segurança jurídica com a manutenção da decisão do pregoeiro, requer:

- 1 - Seja requerida a licitante a apresentação de exequibilidade de sua proposta, por meio de planilha de composição de custos, seguindo as determinações do inciso II do art. 48 da Lei nº 8.666/1993 como forma de assegurar o cumprimento do princípio da isonomia e a prova do zelo com a coisa pública, que exige a certeza absoluta da possibilidade da empresa de cumprir com as obrigações contratuais sem resultar em eventual prejuízo ao interesse público.
- 2 - Por óbvio após a análise da planilha de composição de custo restará demonstrado a impossibilidade de o valor ofertado arcar com os custos da contratação. Logo, deverá a proposta ser recusada e declarada a inabilitação da empresa.
- 3 - Declarada a inabilitação da licitante requer a volta de fase e convocação da próxima empresa, nos termos do Decreto 10.024/2019.

III – DAS CONTRARRAZÕES

Na apresentação das contrarrazões, a licitante vencedora justifica sua capacidade de licitar e contratar com a União, alegando que sua proposta atende às exigências do edital e declara que atenderá a todas as condições contidas no instrumento convocatório e seus anexos, ao tempo que rechaça as razões da recorrente conforme abaixo:

“Ocorre que a empresa é atuante no mercado “a”(sic) anos, e a mesma possui pronto o conteúdo interativo para 4 (quatro) cursos a distância que irão compor a trilha do curso de Direito Eleitoral na modalidade EAD, conforme as especificações e condições estabelecidas no Anexo I do Edital – Termo de Referência”.

Nessa toada, prossegue a empresa vencedora, com sua objetiva e robusta argumentação para demonstrar que tem plena capacidade de atender a todas as exigências prescritas no edital e para comprovar que sua proposta é plenamente EXEQUIVEL, pretendendo assim afastar qualquer hipótese de inexecutabilidade de proposta, conforme o que se segue:

“Não se faz necessário a empresa MB SALE & TECH DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES LTDA cobrar integralmente para os quatro cursos, sendo que os mesmos fazem parte de um único lote, o trabalho não precisa ser cobrado para todos os lotes, e sim somente para um único que será a base para os outros, o trabalho está sendo cobrado no item 4 - Processo Eleitoral e Crimes Eleitorais e os outros itens está apenas com um valor mínimo, pois não possuirá despesas consideráveis, pois não haverá praticamente custo. Observe na planilha abaixo que a empresa ainda possui um lucro no valor de R\$ 1.542,64, sendo assim o valor praticado para a presente licitação não pode ser inexecutável.”

Para debelar qualquer dúvida quanto à capacidade de sua empresa em cumprir integralmente a todas as exigências editalícias, em sua perfeita execução, mantendo-se, ainda assim

Voltar Fechar

